

Três meses depois do crime, cabo Pedro Pedroza será julgado pelo assassinato do estudante Marllos

PM no banco dos réus

Ana Helena Paixão
Da equipe do **Correio**

O cabo Pedro Ferreira Pedroza, da 12ª Companhia de Polícia Militar Independente (Cpmind), será julgado amanhã pela morte do estudante Marllos Jankel Rodrigo Mundim, 17 anos. O julgamento começa às 9h, no Tribunal do Júri de Brasília, e será presidido pela juíza Leila Cury. Três meses após o crime, o militar será julgado por homicídio duplamente qualificado (o estudante foi morto pelas costas, sem chances de defesa) e em plena crise na 12ªCpmind: membros da Comissão de Direitos Humanos da Câmara dos Deputados (CDH) acreditam que vários PMs da unidade, localizada na Candangolândia, integram um grupo de extermínio.

No último 4 de abril, Marllos decidiu ir para a escola, com o amigo Fábio Porto Nóia, 17, no Chevette de seu primo. Inabilitado, o estudante não parou quando foi abordado, às 7h15 da manhã, por quatro PMs fardados, a bordo de um carro descaracterizado. Preferiu fugir, mas perdeu o controle do veículo — ele e o amigo tiveram que continuar a pé. Os PMs os perseguiram, atirando. Fábio conseguiu escapar. Marllos morreu com um tiro nas costas.

A época, o cabo Pedroza explicou que a perseguição ocorreu porque a PM estava à procura de um carro com as mesmas características do Chevette dirigido por Marllos. Mas depoimento prestado na 11ª Delegacia de Polícia (Núcleo Bandeirante) e na CDH sugere que Marllos foi vítima de uma execução. A dona-de-casa Gizélia Gilza dos Anjos Teixeira contou que, no final do ano passado, seu filho Jean Glaydson dos Anjos Teixeira dirigia um Chevette rebaixado (idêntico ao que Marllos guiava) e foi perseguido por PMs da 12ªCpmind, sob o comando do tenente Sérgio Roberto Roballo.

Como Jean não parou, os policiais atiraram contra o carro. O rapaz fugiu, mas passou a receber ameaças de morte. No último dia 31 de janeiro, o tenente mandou um recado para Jean. “O tenente Roballo mandou dizer que já morreu um na Candangolândia e tem mais sete para morrer. O Jean está incluído”, comunicou o mensageiro. Meses depois, a mulher e seu filho souberam que a Polícia matara Marllos: como Jean, um adolescente ao volante de um Chevette rebaixado. “Essa morte era para o meu filho. Ele tem certeza que os PMs se confundiram e mataram o menino porque o Jean também não pára quando os policiais mandam ele parar”, declarou Gizélia, em depoimento na 11ª DP.

JURA DE MORTE

A certeza da mulher não é injustificada. Jean é perseguido pelos policiais da Candangolândia desde agosto do ano passado. Na época, foi procurado pe-

Ricardo Borba 6.2.00



Gilvan Mundim, pai de Marllos, é consolado por uma amiga: PM teria matado o filho dele, de 17 anos, achando que era outro rapaz

los PMs Eduardo Araújo de Oliveira, Roldinei Silva Menezes e Marcos Vinícios Teixeira Lucas (todos da 12ªCpmind) para participar de um assalto a uma construtora no Guará, onde os militares trabalhavam como segurança. O rapaz não concordou. Mas o assalto ocorreu com a participação de outros três moradores da cidade: Antônio Firmino Neto, Pedro Durvalino e Valdir de Araújo Dias.

Em vez de dividir os R\$ 63 mil, um celular e uma pistola roubados, os PMs optaram por uma “queima de arquivos”: matar to-

dos os civis que sabiam do crime, inclusive Jean. Os policiais e os três assaltantes foram buscá-lo em casa, mas Jean não estava. Foi a sorte. Com a ajuda do soldado Marcelo Negreiros Reis, os PMs mataram Valdir e Pedro. Antônio conseguiu fugir, mesmo baleado.

“Depois dos assassinatos, Jean foi perseguido e teve o carro alvejado na Candangolândia. Depois, recebeu as ameaças de morte. Seria assassinado, mas Marllos morreu em seu lugar”, ressalta o presidente da CDH, deputado Marcos Rollim (PT-RS). Apesar de Pe-

droza não ter participado do assalto, Rollim acredita que ele tinha um motivo para matar Jean. “Foi vingança. Eles queriam matar Jean porque o assalto à construtora deu errado. Os PMs que participaram estão presos e serão julgados em agosto”, pondera o deputado.

Para Maria do Socorro Mundim, mãe de Marllos, a versão de Gizélia e de Jean para o assassinato de seu filho é mais do que acertada. “Que motivos eles tinham para perseguir a tiros o meu filho? Era um escoteiro, um estudante uniformizado, indo para a escola

às 7h15 da manhã. Que perigo Marllos oferecia a eles?”, interroga. “Acredito que ele foi confundido com outra pessoa, com outro menino marcado para morrer.”

O pai de Marllos, Gilvan, disse ontem que está surpreso com a rapidez do julgamento do cabo Pedro Pedroza. Nada, no entanto, retira a dor da perda do filho: “Meu diamante maior eu perdi, do que terei medo agora?. O esforço da família é para que não matem mais os filhos da gente”. E até hoje não entende o que aconteceu: “Nada justifica o que fizeram com o meu filho”.

OS CRIMES

Caso Marllus

Cabo Pedro Ferreira Pedroza (acusado de homicídio): será julgado amanhã por homicídio duplamente qualificado (pena de 12 a 30 anos).

Soldado Luís Carlos da Silva Cunha e cabo Márcio Serra Freixo (atiraram, mas não atingiram a vítima): cumprem dois anos de pena alternativa. Proibidos de deixar o DF e sair após às 22h (exceto para trabalhar). Mensalmente, doam uma cesta básica de R\$ 30 (cada) à Abrace e trabalham quatro horas por semana na Fale.

■ Todos foram indiciados e afastados do policiamento ostensivo, até conclusão de inquérito na Auditoria Militar

Assalto à construtora e duplo homicídio

Soldados Eduardo Araújo de Oliveira e Roldinei Silva Menezes: serão julgados em agosto por homicídio qualificado (pena de 12 a 30 anos de cadeia) e roubo (4 a 10 anos). Eduardo também é processado, na 3ª Vara Criminal, por estelionato.

Soldado Marcos Vinícios Teixeira Lucas: participou e será julgado apenas por roubo (pena de 4 a 10 anos)

Soldado Marcelo Negreiros Reis: não participou do assalto. Será julgado por duplo homicídio qualificado (12 a 30 anos)

■ Todos foram expulsos da Polícia Militar

Tortura

Tenente Leonardo Theodoro H. Krause, soldados Nildemar Almeida dos Santos e Haroldo José Saturnino: respondem a inquérito na Auditoria Militar por agressão, tortura e atos libidinosos.

Soldado Antônio Dias de Souza (o Coelho): responde inquérito na Auditoria Militar, com o PM Waldir Pedro da Cunha, por injúria. Também é investigado em processo semelhante por lesão corporal com os PMs Walter Bonfim Carneiro Portela e Waldir Pedro da Cunha.

■ Após esta denúncia, Krause, Nildemar, Coelho e o soldado Marcos Leite Coelho (o Morte) foram afastados do policiamento ostensivo até conclusão do inquérito na Auditoria Militar.

Espancamento em praça pública

Tenente Sérgio Roberto Roballo, cabo José Ivo Barboza, soldados Antônio Dias de Souza, Oswaldo Moreira Ribeiro e Aluisio Viana da Silva: afastados do policiamento ostensivo até a conclusão de sindicância para apurar denúncia na Corregedoria da PM.